

O AGRONEGÓCIO DO COCO NO BRASIL E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

THE COCONUT AGRIBUSINESS IN BRAZIL AND THE TERRITORIALIZATION OF CAPITAL

EL AGRONEGOCIO DEL COCO EN BRASIL Y LA TERRITORIALIZACIÓN DEL CAPITAL

Leandro Vieira Cavalcante¹
leandro.cavalcante@hotmail.com

RESUMO: O agronegócio do coco está em ampla expansão no Brasil especialmente desde a década de 1990, favorecendo a instalação e/ou expansão de grandes empresas agrícolas e agroindustriais. Com isso, nota-se um impulso no processo de territorialização do capital na produção brasileira de coco, representado pelo poderio dessas empresas que agora regulam diversas etapas do circuito espacial produtivo desse fruto, trazendo inúmeros impactos socioambientais e territoriais. Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é elucidar um debate acerca da difusão do agronegócio do coco e da territorialização do capital nessa atividade, tomando como recorte empírico o Estado do Ceará, que abriga algumas das principais empresas do país e que se configura como um lócus de atuação do grande capital na produção desse fruto.

Palavras-chave: Agronegócio do coco. Territorialização do capital. Empresas do agronegócio.

ABSTRACT: The coconut agribusiness has been undergoing wide dissemination in Brazil, especially since the 1990s, favoring the installation and/or expansion of big agricultural and agroindustrial companies. Along with that, there has been a boost in the territorialization process of capital in Brazilian coconut production – represented by the power of big companies that now regulate several steps of the productive spatial circuit of the fruit – bringing numerous social-environmental and territorial impacts. The main purpose of this article is to elucidate a debate on the dissemination of coconut agribusiness and on the territorialization of capital on this activity, making an empirical example of the State of Ceará which has some of the most important companies in the country and is configured as a locus of action of the capital in the production of this fruit.

Keywords: Coconut agribusiness. Territorialization of capital. Agribusiness companies.

RESUMEN: El agronegocio del coco tiene una amplia difusión en Brasil particularmente desde la década de 1990, favoreciendo la instalación y expansión de grandes empresas agrícolas y agroindustriales. Ello denota un impulso en el proceso de territorialización del capital en la producción brasileña de coco, representada por el poderío de esas grandes empresas que ahora regulan diversas etapas del circuito espacial produtivo de ese fruto, trayendo innumerables impactos socioambientales y territoriales. De esta manera, el objetivo de este artículo es generar un

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisador do NATERRA - Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território.

debate acerca de la difusión del agronegocio del coco y de la territorialización del capital en esa actividad, tomando como caso empírico el Estado de Ceará, el cual alberga algunas de las más importantes empresas del país y que se configura como un locus de actuación del gran capital en la producción de ese fruto.

Palabras clave: Agronegocio del coco. Territorialización del capital. Empresas del agronegocio.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva capitalista foi responsável por elevar a agricultura brasileira a novos patamares, transformando os espaços agrícolas do país em lócus da reprodução do grande capital, sob a égide do modelo produtivo do agronegócio, e inserindo determinadas parcelas do território nacional nos circuitos globalizados da produção e do consumo, controlados por agentes hegemônicos e exógenos aos locais de produção, representados por grandes empresas nacionais e multinacionais. Tais empresas se configuram como as principais responsáveis por rearranjar os usos dos territórios nos quais se instalam, cada vez mais susceptíveis aos ditames do agronegócio globalizado, que age fortemente no sentido de reorganizar a produção de uma série de cultivos agrícolas pelo país, agora produzidos em larga escala a serviço da acumulação de capital mediante a cerrada atuação dessas empresas.

Com isso, dentre esses cultivos inseridos no contexto do agronegócio destaca-se a produção de coco. A difusão do agronegócio desse fruto no Brasil é um processo em curso, motivado sobretudo pela modernização da sua produção, que passa a ser realizada com uma utilização intensiva em capital e trabalho, e pela considerável expansão do consumo de água de coco, seja *in natura* seja processada, levando novos produtores a investirem no seu cultivo. Se até bem pouco tempo atrás eram somente os pequenos produtores que cultivavam esse fruto, hoje observa-se também uma série de grandes empresas agrícolas e agroindustriais investindo fortemente no setor e propagando a difusão do agronegócio do coco por todo o território nacional, como analisado em Cavalcante (2014, 2015)².

Esse agronegócio, que expressa a materialização da reestruturação capitalista na agricultura brasileira, pode ser entendido enquanto um setor produtivo altamente rentável

² O debate aqui realizado advém de resultados de nossa pesquisa de mestrado, realizada com bolsa do CNPq e finalizada em 2015, que esteve focada no entendimento da nova configuração socioespacial advinda com a reestruturação produtiva do setor do coco no Brasil.

para o capital, estando organizado em rede com os diversos setores econômicos e se processando de acordo com os preceitos da agricultura de mercado. Como é sabido, a expansão do agronegócio no Brasil vem sendo responsável por promover inúmeros impactos socioambientais e conflitos territoriais, atribuindo novos usos aos territórios de acordo com as necessidades de reprodução do capital e inserindo o espaço rural do país no rastro do acontecer globalizado, segundo asseveram autores como Elias (2006, 2011), Oliveira (2004, 2015), Fernandes (2008), Thomaz Júnior (2012, 2017), Bernardes (2015) e Frederico (2015), entre outros, conforme observado também no atual contexto produtivo do coco.

O agronegócio representa, de acordo com Delgado (2012), um novo padrão de acumulação do capital no campo, com uma possibilidade muito maior de extração da renda da terra, mediante a ampliação da concentração fundiária e da exportação de *commodities*. Com isso, percebe-se no Brasil, a partir dessa difusão do agronegócio, um pacto político estatal-privado que garante a permanência do latifúndio e da monocultura visando assegurar os interesses das classes sociais hegemônicas. Nessa perspectiva, a consecução do agronegócio do coco significa, antes de mais nada, a territorialização da racionalidade capitalista no campo, abrindo margem para o desenvolvimento da agricultura de mercado e promovendo rebatimentos que atingem seletivamente espaços e produtores com o único objetivo de difundir a lógica de produção empresarial por todos os setores, fomentando a continuidade do projeto de acumulação de capital, gerido, especialmente, pelas grandes empresas do setor.

Através dessa difusão do agronegócio, percebe-se que há um controle do território pelo capital, que se territorializa e dita seu conjunto de regras e imposições. O capital, ao se territorializar no campo, passa a se apropriar de determinadas parcelas do espaço e a dominá-las³, implicando um embate direto com os anseios das populações lá existentes e um controle quase que irrestrito das etapas que compõem os “circuitos espaciais produtivos” (SANTOS, 1994). Tal processo ocorre especialmente porque, como assegura Santos (2009, p. 304), “o campo modernizado é incluído em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade [do capital] em todos os aspectos da atividade produtiva”. Isso pode ser visualizado com mais intensidade, por exemplo, em

³ O processo de territorialização indica a materialização da apropriação e dominação, concreta ou simbólica, de um determinado espaço, agora metamorfoseado em território, como afirma Raffestin (1980, p. 143).

determinados cultivos fortemente contagiados por essa racionalidade do capital, como a soja, o milho e a cana, mas também o coco, que não ficou à margem desse processo.

Como já destacado, dentre os principais agentes que agem colaborando para a territorialização do capital no campo estão as empresas agrícolas e agroindustriais, inclusive as que dinamizam o agronegócio do coco. Com a ação efetiva desses agentes na apropriação do território, “tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (SANTOS, 2003, p. 85). Por conseguinte, de acordo com Santos e Silveira (2003, p. 293), “o resultado, quanto ao território, é de novo o exercício de um controle parcial de certos pontos por lógicas que se interessam apenas aos aspectos particularizados”. De um modo geral, essa é a discussão que serve como base para o entendimento da atuação dos agentes hegemônicos e dos novos usos do território, observados a partir da difusão do agronegócio do coco através da territorialização do grande capital também nessa atividade.

Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é elucidar um debate acerca do novo contexto de produção de coco no Brasil, focando especialmente o processo de territorialização do capital, evidenciado pela atuação de grandes empresas agrícolas e agroindustriais seja na produção agrícola seja no processamento industrial do fruto. Para isso, tomamos como recorte empírico o Estado do Ceará, que abriga algumas das principais empresas do setor no país e que se configura como um local onde o grande capital vem atuando de maneira mais intensa no sentido de ampliar seu poder de atuação no território, já sendo nítido um contexto de impactos socioambientais e conflitos territoriais.

A metodologia utilizada para chegarmos aos resultados aqui apresentados foi sustentada no levantamento de informações sobre as empresas que atuam no agronegócio do coco, tanto no Brasil quanto no Ceará, obtidas em jornais, revistas e portais de notícias, além de consulta a seus sites institucionais. Destaca-se também a realização de trabalhos de campo em alguns dos maiores municípios produtores de coco do país, onde estão localizadas algumas dessas principais empresas do setor – esses trabalhos de campo ocorreram em 2014 e se concentraram nos municípios de Paraipaba, Trairi, Itarema, Itapipoca, Acaraú e Amontada, localizados no litoral oeste cearense, onde realizamos visitas técnicas e entrevistamos representantes de cada uma das empresas do ramo do coco aí

localizadas, além de entrevistas realizadas com camponeses e trabalhadores residentes em comunidades que vêm sendo impactadas pela atuação direta dessas empresas.

Ao logo do presente artigo, discutimos inicialmente a expansão do agronegócio do coco no Brasil, identificando as características desse processo e sublinhando acerca do caráter concentrador de terra, capital e renda no qual estão assentadas as principais empresas do setor. Posteriormente apresentamos brevemente como o agronegócio do coco está organizado no Ceará, a cargo de grandes e médias empresas agrícolas e agroindustriais que definem os rumos da produção cearense de coco. Na sequência é realizado um debate acerca da territorialização do capital nesse setor, mediante apresentação das empresas que atuam hegemonicamente na produção de coco no Ceará, responsáveis por engendrar novos e significativos usos do território. Por fim, são identificados alguns impactos observados em decorrência da atuação dessas empresas, demonstrando o caráter predatório no qual se dão a expansão do agronegócio do coco e a territorialização do grande capital nessa atividade.

O GRANDE CAPITAL NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE COCO

A difusão do modelo produtivo do agronegócio pelos coqueirais do Brasil vem sendo ancorada no ideário de se perceber a produção de coco enquanto uma atividade econômica com um enorme potencial de mercado, denotando o avanço da agricultura capitalista no cultivo desse fruto, onde a acumulação de capital passa a ser a palavra de ordem. Isso decorre da introdução de todo um aparato tecnológico que passou a ser indispensável para modernizar a produção e alavancar a produtividade dos coqueiros, voltados em sua maioria para atender as necessidades do aquecido mercado nacional e internacional de água de coco. A junção desses dois principais fatores (modernização produtiva e ampliação do consumo de coco), entre outros, nos ajuda a entender o *boom* da produção do fruto pelo país, bem como a proliferação de uma série de empresas agrícolas e agroindustriais que passaram a atuar nesse setor, anteriormente marginalizado pela atuação do grande capital.

Até meados dos anos 1990, o que se notava era uma produção de coco realizada principalmente por pequenos produtores de maneira essencialmente semiextensiva, voltada à manutenção das famílias que cultivavam e comercializavam o fruto, qual ainda não

possuía um alto valor agregado. Todavia, com a difusão do modelo produtivo do agronegócio, esse fruto passa a despertar o interesse de grandes empresas, que viram aí uma possibilidade de ampliação de seus rendimentos financeiros, seja mediante a venda do coco ainda *in natura*, seja através do processamento industrial do fruto e da venda de água de coco em caixinhas Tetra Pak, por exemplo, culminando com o início de suas exportações. Assim, a partir de 1990 estavam lançadas as bases para a territorialização do capital nesse setor, trazendo rebatimentos socioespaciais até então inimagináveis e reconfigurando sobremaneira a geografia da produção brasileira de coco.

Com isso, observa-se um acelerado crescimento no número de novos empreendimentos agrícolas e agroindustriais atuando diretamente no agronegócio do coco, contribuindo para acentuar ainda mais a territorialização do grande capital nesse setor. A análise das estratégias territoriais empreendidas por essas empresas revela, acima de tudo, a acirrada atuação do grande capital no cultivo de coco, a partir da difusão do modelo produtivo do agronegócio, assentado exclusivamente no latifúndio, utilizando modernos insumos e implementos agrícolas, fazendo uso de mão de obra assalariada, com um plantio de coqueiros anões e híbridos e ainda com expressiva vinculação com o setor agroindustrial. Assim, se em períodos anteriores eram majoritariamente os pequenos produtores que cultivavam o fruto, hoje observamos também uma série de grandes empresas investindo fortemente no setor, diante das novas possibilidades de acumulação de capital.

Entre as principais empresas que atuam hoje no setor do coco no Brasil, destacam-se as duas maiores: Sococo e Ducoco⁴. Ambas funcionam simultaneamente como empresas agrícolas e agroindustriais e tiveram uma grande participação na reestruturação produtiva do setor do coco, ao introduzir e difundir uma série de inovações nos processos produtivos agrícola e industrial do fruto. Juntas, elas controlam uma importante parcela do mercado brasileiro de coco ralado, leite de coco e água de coco. Infere-se que, no setor do coco, a produção agrícola e a produção industrial estão intimamente interligadas, já que uma mesma empresa controla diretamente, na maioria das vezes, essas duas atividades, o que leva a inferir que todas as principais empresas do coco em atuação no Brasil produzem os

⁴ A Sococo e a Ducoco foram as únicas empresas associadas à produção de coco inseridas no *ranking* das 400 maiores empresas do agronegócio do Brasil entre os anos de 2010 a 2014, de acordo com publicação anual da Revista Exame - Melhores e Maiores.

frutos em suas próprias fazendas e atuam simultaneamente no seu processamento industrial.

O caso da Sococo chega a ser emblemático, pois se configura como um dos mais significativos exemplos do evidente processo de territorialização do capital no cultivo do fruto, especialmente em virtude das proporções do investimento empreendido pela empresa. Fundada em 1966 em Alagoas, hoje a Sococo é a principal empresa agrícola e agroindustrial do setor de coco do Brasil, além de ser também uma das mais antigas. Já contando com uma unidade industrial instalada em Maceió (AL) desde 1966, a empresa dá início na década de 1980 a um grande plantio de coqueiros híbridos no município de Moju (nordeste do Pará), conforme apontam Siqueira et al. (2002), culminando na disseminação do primeiro cultivo de coco em larga escala na Amazônia, mesmo ano em que inaugura sua segunda unidade industrial, em Ananindeua (PA).

Ao implantar suas fazendas no Pará, a Sococo foi responsável pela desconcentração geográfica da produção do fruto em direção à região Norte. Após o início do primeiro plantio de coqueiros híbridos em Moju, a empresa realizou inúmeras aquisições de terra e hoje possui 20 mil hectares, com aproximadamente 6 mil hectares produzindo e o restante ocupado por floresta nativa. Além disso, em 2007 a empresa adquiriu outras fazendas em território paraense, dessa vez no município de Santa Isabel, onde realiza um plantio de coqueiro anão em 2 mil hectares⁵. Além da grande quantidade de terras ocupadas pela empresa, um total de 22 mil hectares em plena Floresta Amazônica, o destaque da Sococo vai também para a quantidade de coqueiros cultivados.

Somente em Moju há aproximadamente um milhão de coqueiros plantados, o que faz da Sococo a maior empresa agrícola do setor de coco do mundo. Esse cultivo, exclusivamente de coqueiros híbridos, fornece uma quantidade que vai de 110 a 150 milhões de frutos produzidos por ano, inteiramente aproveitados em suas unidades industriais. Conforme relatado em uma reportagem veiculada pela Revista Globo Rural⁶, o proprietário da empresa se orgulha de possuir essa imensa quantidade de coqueiros e de ser considerado como o “rei do coco”, título que auxilia sobremaneira na difusão do ideário desenvolvimentista do agronegócio, ressaltado por Bezerra (2009). Destaca-se que uma

⁵ A fonte de todas essas informações é: <http://goo.gl/aq8vqR>, Revista Globo Rural – “O maior coqueiral do mundo”, como também o site <http://www.sococo.com.br>.

⁶ Fonte: <http://goo.gl/aq8vqR>, Revista Globo Rural – “O maior coqueiral do mundo”.

parte significativa da produção de água de coco processada pela Sococo destina-se a atender a demanda pelo produto nos Estados Unidos, bem como em alguns países da Europa.

Além da Sococo e da Ducoco, o destaque vai para duas empresas multinacionais que atuam na produção de coco no Brasil. Uma delas é a Aurantiaca, *holding* de capital estadunidense e holandês instalada em 2006 no município de Conde, litoral norte baiano, iniciando com 6 mil hectares e 230 mil coqueiros plantados⁷. Utilizando um dos mais modernos sistemas de rastreabilidade do mundo, essa empresa investe pesado em agricultura de precisão, já que uma das inovações implementadas pela Aurantiaca foi a numeração das árvores com uma placa contendo código de barras. Além de atuar enquanto empresa agrícola, através da Aurantiaca Agrícola, atua também como empresa agroindustrial, através da Frysk Industrial. A indústria dessa *holding* beneficia 100% dos frutos, produzindo água, leite, farinha e óleo de coco, além de fibras de coco a partir do reaproveitamento da casca.

Já outra empresa multinacional que atua produzindo coco no Brasil é a PepsiCo, gigante do ramo de alimentos e bebidas e com atuação em 200 países ao redor do mundo. Em 2009 essa multinacional estadunidense adquiriu a paraense Amacoco e passou a produzir coco verde e a vender água de coco através da marca Kero Coco. Essa compra da Amacoco pela PepsiCo significou, acima de tudo, a ampliação do controle do capital internacional sobre a produção e o mercado brasileiro de água de coco. A empresa era, em 2014, a maior revendedora de água de coco no país⁸, possuindo duas fazendas com cultivo de coqueiro anão em Petrolina (PE), somando por volta de 430 hectares, e mantendo unidades industriais em São Mateus (ES), Ananindeua (PA) e também Petrolina. A Kero Coco produzia em 2010 apenas 20% do total processado nas fábricas e adquiria o restante com diversos produtores localizados em todo o Brasil, especialmente no Espírito Santo, no Pará e em Pernambuco, através de um sistema chamado pela empresa de “produtores fidelizados”⁹.

Esses exemplos de atuação da Sococo, da Aurantiaca e da PepsiCo, além de vários outros que podem ser evidenciados, revelam, em especial, a onipresente ação do capital no

⁷ Fonte: <http://aurantiaca.com.br/>

⁸ Fonte: <http://goo.gl/AcKDDM>, Jornal O Estado de São Paulo – “Pepsi compra a líder em água de coco no Brasil”.

⁹ Fonte: <http://goo.gl/qrG2Gm>, Revista Dinheiro Rural – “Kero Coco quer sombra e água fresca”.

cultivo de coco, a partir da difusão do modelo produtivo do agronegócio. Assim, observa-se a existência de grandes empresas operando de maneira decisiva na produção e no processamento industrial do coco, fortalecendo a difusão e a territorialização do agronegócio latifundiário, reconfigurando de maneira considerável as relações sociais de produção historicamente presentes no cultivo brasileiro do fruto. É nesse contexto do agronegócio do coco no país que o Ceará assume um lugar de destaque, contando com diversas empresas agrícolas e agroindustriais especializadas no seu cultivo e processamento industrial, revelando-se como um dos principais lócus do desenvolvimento dessa monocultura em todo o Brasil, como será analisado na sequência.

O AGRONEGÓCIO DO COCO NO CEARÁ

O agronegócio do coco está em plena expansão em território cearense, já sendo patente a crescente participação da produção estadual no contexto nacional. Em 2015, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará se configurava como o segundo maior produtor de coco do Brasil, apresentando uma significativa quantidade produzida com o fruto, com destaque para o coco verde. Nota-se que com a expansão dessa monocultura acirra-se a difusão do modelo produtivo do agronegócio, denotando o avanço da agricultura de mercado também na produção de coco, anteriormente realizada somente por pequenos produtores e baseada em moldes semiextensivos, conforme demonstramos em Cavalcante (2012, 2014, 2015).

Com isso, amplia-se a quantidade de empresas atuando na produção do fruto, as quais são as principais responsáveis pela difusão do ideário produtivista do agronegócio e pela inserção direta do coco produzido no Ceará nos circuitos globalizados da produção e do consumo, já que estão direcionadas sobremaneira para a exportação de água de coco, adquirida majoritariamente por empresas dos Estados Unidos através de parcerias com as empresas instaladas em território cearense. Por essa razão, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ceará se configurava, em 2014, como o maior exportador de água de coco processada do país – nesse ano, a água de coco já era o terceiro produto agrícola mais exportado pelo Ceará. Além disso, observa-se que é crescente o número de empresas estrangeiras que se aí instalam para investir na produção e na exportação de coco, somando-se às empresas já existentes, ampliando os níveis de racionalidade capitalista no campo impostos pelo agronegócio.

Infere-se que somente a partir de uma análise precisa da atuação das empresas é que será possível perceber como elas fazem uso do território e em que medida elas contribuem para a territorialização do capital nessa atividade. No tópico seguinte apresentamos algumas características das maiores empresas do agronegócio do coco em atuação no Ceará¹⁰: Ducoco, Paragro, Adel Coco, Cohibra, Bom, Iolla, Meripobo, Del Monte e Unique. Todavia, adverte-se que nosso intuito não será esgotar todas as possibilidades de apreensão dessas empresas e de seus principais impactos, mas sim de fornecer alguns elementos que nos ajudem a perceber seu poder de “alienação territorial”, nos termos de Santos e Silveira (2003), e que colaborem para o entendimento das estratégias de territorialização do capital no campo.

A partir da elucidação da atuação e organização dessas empresas, espera-se demonstrar a territorialidade do capital presente no agronegócio do coco, evidenciando o poderio dessas grandes empresas em controlar o cultivo do fruto e em engendrar novos usos do território, os quais expõem os limites e contradições inerentes à expansão dessa atividade, fortemente ancorada na concentração de terra, capital e renda. Através da territorialização dessas empresas é possível observar uma reorganização do espaço agrário cearense mediante expansão também do agronegócio do coco, corroborando para a ampliação da racionalidade capitalista no campo responsável por ditar a regulação da atividade agrícola e dos processos de trabalho e de reprodução das relações sociais, trazendo profundos rebatimentos na organização do território, na divisão social do trabalho e no equilíbrio ambiental.

AS EMPRESAS DO COCO E A TERRITORIALIDADE DO CAPITAL

- Ducoco e o império territorial do agronegócio

A Ducoco, como já indicado, é uma das maiores empresas do ramo do coco do Brasil. Tem uma atuação bastante significativa por todo o território nacional, mas concentra suas atividades produtivas principalmente no litoral do Ceará, onde estão instaladas todas as suas fazendas e uma unidade de processamento industrial. Em funcionamento desde o final da década de 1970, ela se tornou ao longo de todos esses anos

¹⁰ Todas as informações aqui apresentadas foram obtidas a partir de entrevistas realizadas com os representantes das empresas e com outros interlocutores, como também em consultas aos sites institucionais de cada uma delas e através do levantamento de dados sobre as mesmas em jornais e revistas.

a segunda principal empresa agrícola e agroindustrial desse setor no Brasil, operando tanto na produção agrícola dos frutos quanto no processamento industrial dos mesmos, a exemplo do que já vinha fazendo a Sococo. Observa-se que a Ducoco age de maneira hegemônica no Ceará, possuindo fazendas com milhares de hectares, unidades industriais e uma articulada rede de fornecedores formada tanto por pequenos quanto por grandes produtores, assegurando com isso a monopolização da produção e o controle do território.

Desde 1979 essa empresa vinha investindo no cultivo de coco, revendendo os frutos para outras empresas de alimentos, e somente em 1982 é lançada a marca “Ducoco”, quando passou a investir também no ramo industrial, com a inauguração de sua primeira indústria, no município de Itapipoca, ainda em funcionamento. Desde sua fundação, a Ducoco já passou por inúmeras reestruturações, através de diversos investimentos: aquisição de empresas concorrentes (como a Cocesa e a Menina, de posse dos ex-governadores Aduino Bezerra e Tasso Jereissati, respectivamente); inauguração de novas unidades industriais; incorporação de fazendas; desenvolvimento de uma gama de novos produtos; inserção em mercados localizados por todo o país e também no exterior. Assume, com isso, destaque no contexto produtivo do coco no Brasil e assegura a consolidação de sua atuação no setor.

O portfólio dessa empresa conta com quase 100 produtos distribuídos nas marcas Ducoco, Menina e Frutop, como leite de coco, coco ralado e água de coco, além de óleo de coco, isotônicos, sucos de frutas acrescidos de água de coco, sobremesas em geral etc. A Ducoco dominava, em 2007, 40% do mercado de produtos derivados do coco, 20% do mercado de água de coco e 23% do mercado de sobremesas semiprontas do Brasil. Além disso, de acordo com informações obtidas em entrevistas, em 2013 a Ducoco processou um total aproximado de 40 milhões de frutos, enquanto em 2003 essa quantidade não passou dos 4 mil, o que demonstra o seu significativo crescimento obtido em apenas uma década. A Ducoco é, ainda, uma das maiores empresas exportadoras de água de coco processada do país, encaminhada mormente aos Estados Unidos através de contratos de comercialização firmados com a empresa estadunidense Vita Coco.

A partir de uma desconcentração espacial de suas atividades, atualmente a empresa possui sete fazendas de produção de coco, localizadas nos municípios cearenses de Itapipoca, Itarema e Camocim, duas unidades industriais, instaladas em Itapipoca e em Linhares (no Espírito Santo), e um escritório administrativo sediado na cidade de São

Paulo. Inicialmente especializada na produção de leite e coco ralado, hoje a Ducoco tem como carro-chefe o processamento de água de coco, armazenada em caixinhas de papelão e voltadas para abastecer os mercados nacional e, em especial, internacional. Destaca-se que todo esse desenvolvimento econômico da Ducoco não teria se efetivado se não fosse o aparelhamento de um império territorial do agronegócio que lhe desse suporte, baseado especialmente na manutenção do latifúndio e na monopolização da produção de pequenos produtores.

A Ducoco possui um total de 4.000 hectares cultivados com aproximadamente 300 mil coqueiros, tornando-se a maior proprietária de terras cultivadas com coco em todo o Ceará. É ainda uma das empresas que mais possuem terras em território cearense, detendo 10 mil hectares declarados, muitos dos quais ocupados por áreas de mata nativa e dunas que funcionam como reserva de valor para futuros investimentos. Essa grande quantidade de terras veio sendo incorporada aos poucos, tanto através da aquisição de fazendas com antigos proprietários – a exemplo dos ex-governadores Aduino Bezerra e Tasso Jereissati, esse último um dos primeiros a investir no desenvolvimento do agronegócio do coco no Ceará – como também por meio de ocupações de terras indígenas e camponesas, como observado na comunidade indígena dos Tremembé, em Itarema.

- Paragro e Adel: do capital industrial ao agrícola

A Paragro e a Adel são outras duas grandes empresas do ramo do coco instaladas no Ceará e guardam características bastante semelhantes. Ambas foram fundadas no início dos anos 2000 e estão localizadas no litoral oeste cearense. Inicialmente foram pensadas para atuar apenas enquanto empresas agroindustriais, especializadas no processamento industrial do coco, mas depois do início dos anos 2010 se voltam também para a produção agrícola, adquirindo fazendas para o cultivo de seus próprios frutos. Essa estratégia empreendida por tais empresas demonstra um movimento recente, seguido por outras pequenas e médias empresas do setor, que representa uma migração do capital industrial também para a atividade agrícola, assegurando o controle irrestrito do circuito espacial produtivo do coco e um maior poder de alienação territorial.

A Paragro (Paraipaba Agroindustrial) é uma das principais exportadoras de água de coco processada do país. A empresa, implantada em 2003, é uma sociedade mista suíço-brasileira e está instalada em uma área dentro do perímetro irrigado Curu-Paraipaba, no

município de Paraipaba. As atividades da Paragro começaram com a comercialização de água de coco em garrafas PET, vendidas apenas no mercado do Nordeste, além de uma pequena produção de leite de coco e coco ralado, que atendia somente mercados próximos. Entretanto, toda a estrutura organizacional e produtiva da empresa foi alterada no início dos anos 2010, com o *boom* do consumo de água de coco em caixinha, dentro e fora do país, resultando na primeira exportação desse produto para os Estados Unidos e no fechamento de um contrato de fornecimento para a Vita Coco, maior revendedora mundial de água de coco, atuando nos Estados Unidos e em vários países da Europa.

Assim, já a partir de 2012 a empresa mudou totalmente o perfil produtivo, abandonando por completo a produção de leite de coco e de coco ralado e investindo exclusivamente na produção de água de coco envasada com a tecnologia Tetra Pak, hoje comercializada também através de uma marca própria, a Nosso Coco. Ainda em 2012, a empresa abriu uma pequena unidade de coleta de água de coco no município de Petrolândia (PE), que abriga importantes perímetros irrigados especializados na produção de coco verde, visando obter um maior leque de opções para a aquisição dos frutos. Foi aberta também uma unidade de distribuição e representação comercial na cidade de Campinas (SP). A Paragro começou a investir na produção agrícola de coco também a partir de 2012, e já conta com cinco fazendas localizadas em Paraipaba e alguns lotes agrícolas instalados no perímetro irrigado, com um cultivo de mais de 20 mil coqueiros, ocupando no mínimo 800 hectares.

A Paragro, de acordo com entrevistas, envasava em 2014 uma média de 130 mil litros de água de coco por dia, o que representa aproximadamente 100 mil frutos. O que não é produzido e advindo das próprias fazendas é adquirido com pequenos produtores, revendidos exclusivamente via atravessadores, quantidade que representa por volta de 80% de tudo que a empresa consome diariamente. De um modo geral, percebe-se que ao longo de 10 anos a unidade que fabricava e vendia água de coco no restrito mercado nordestino torna-se uma das principais empresas do Brasil, com expressiva atuação internacional, que teve toda a sua estrutura produtiva modificada por influência direta da reestruturação produtiva do setor do coco e pelo *boom* do consumo de água. Com isso, a Paragro contribuiu sobremaneira para a inserção do coco cearense e brasileiro nos circuitos globalizados da produção e do consumo, incluindo o pequeno município de Paraipaba na acirrada divisão internacional do trabalho, dinamizada pelo agronegócio do coco.

Por sua vez, a Adel Coco está localizada em Trairi e é de propriedade de empresários gaúchos que, após abrir a empresa no Rio Grande do Sul em 2004 voltada apenas para a comercialização de coco seco, migram para o Ceará em 2007 e passam a atuar diretamente no processamento industrial do fruto, com foco na produção de coco ralado e leite de coco. Segundo entrevistas, a Adel produzia em 2014 o segundo maior volume de coco ralado em escala industrial do país, atrás somente da Sococo. O diferencial da Adel é que seu foco está no atacado, fornecendo por ano cerca de 6 milhões de toneladas desse produto para padarias, confeitarias e fábricas de produtos à base de coco. Assim, a maior renda da empresa advém da venda de coco ralado em grandes quantidades, cujos pedidos de encomenda são feitos por essas outras empresas do setor agroalimentar.

Além de comprar coco com produtores e atravessadores locais, a Adel investe desde 2011 no próprio cultivo dos frutos. A empresa já possui duas fazendas, que somam ao todo 440 hectares, com 24 mil coqueiros anões plantados, que produzem exclusivamente coco verde para a fabricação de água de coco. Destaca-se que a Adel é uma empresa que já nasceu direcionada para a produção de coco ralado, mas, devido ao grande potencial do mercado de água de coco, investe também nesse ramo – é tanto que já esteve em negociação com algumas empresas estadunidenses para revender esse produto. E foi por esse motivo que a Adel resolveu investir também na produção agrícola, a exemplo do que ocorre com todas as principais agroindústrias do coco instaladas no Ceará, como também observado Brasil afora.

- Cohibra e a pesquisa a serviço do capital

A Cohibra é outra grande empresa do ramo do coco instalada no Ceará, mas que, diferentemente das outras, até 2014 não atuava no processamento industrial dos frutos e tinha como foco principal a produção de mudas de coqueiro híbrido e anão, adquiridas pelas principais empresas agrícolas de coco do país. Essa empresa, que concentra suas atividades no município de Amontada, começou suas pesquisas com o melhoramento genético de mudas de coqueiro em 1987, quando realizou o plantio de suas primeiras matrizes. Posteriormente, em 1995, iniciou a produção de mudas de coqueiro híbrido para fins comerciais, sendo atualmente a maior empresa de pesquisa, produção e venda de híbridos do Brasil. É ainda a principal empresa privada do país que atua no ramo de

pesquisa agrícola voltada para o cultivo de coco, possuindo também um relevante destaque internacional.

A Cohibra possui três fazendas instaladas em Amontada, que totalizam uma área produtiva de 1.500 hectares cultivados com mudas e 25 mil coqueiros; sua produção anual é de 600 mil mudas de coqueiro. Há em suas fazendas uma estação meteorológica própria, um laboratório de extração de pólen, duas estufas, uma unidade de apoio a pesquisadores e um escritório central. A empresa também contava, em 2014, com outras duas unidades de produção, uma localizada em Paraipaba (CE) e outra em Petrolina (PE), e a sua sede fica em Fortaleza, capital cearense. Além disso, estava abrindo unidades industriais nos municípios de Trairi e São Gonçalo do Amarante, no Ceará, voltadas para a produção de água de coco, óleo de coco e fibras à base de casca de coco.

A Cohibra especializou-se no desenvolvimento de tecnologias para a produção de mudas de coqueiro híbrido, geneticamente melhorado e apontado como mais resistentes às pragas. Destaca-se que a variedade de coqueiro híbrido foi a última a ser cultivada no Brasil e sua produção está em larga expansão por todo o país, motivada especialmente por empresas e produtores sedentos por uma maior produtividade, indicando que as pesquisas da Cohibra estão a serviço da territorialização do grande capital na produção de coco. Com isso, a Cohibra tornou-se a maior responsável pela difusão de mudas de coqueiro anão e híbrido pelo país, atendendo a produtores de praticamente todos os estados do Brasil, sobretudo Pará, Ceará e Sergipe, bem como de vários outros países ao redor do mundo, a exemplo de México, Angola, Cabo Verde e Jamaica.

Além disso, a Cohibra não vende apenas as mudas, como faz também um completo plano de negócios para os seus compradores e um acompanhamento de suas produções, visando assegurar a rentabilidade do investimento. Representando essa importância da Cohibra na difusão do agronegócio do coco, observa-se que os maiores empreendimentos desse setor no Brasil foram montados e assessorados pela Cohibra, com destaque para empresas como Del Monte, Aurantiaca, Ducoco, Queiroz Galvão, PepsiCo, Paragro, Unique, Sococo e Meripobo. Isso demonstra o poderio da Cohibra para a manutenção do agronegócio do coco, ao se apropriar de uma tecnologia voltada para a produção de coqueiros híbridos e utilizá-la para gerenciar esse negócio que une ciência e capital direcionados cada vez mais à manutenção do lucro, da produtividade e da acumulação.

- Bom, Iolla, Meripobo e Del Monte: a atuação do capital internacional

Observa-se a instalação de inúmeras empresas multinacionais que passaram a se dedicar ao cultivo do fruto no Ceará, favorecendo o agravamento da concentração fundiária relacionada a essa monocultura. Dentre essas empresas, estão Del Monte, Meripobo e, especialmente, Unique, que enxergaram nesse fruto uma possibilidade de ampliar seus rendimentos, explorando todas as vantagens (fiscais e estruturais) oferecidas pelos governos estadual e federal na ânsia de atrair investidores externos. Além dessas empresas, destacam-se a Bom e a Iolla, também de propriedade de estrangeiros que atuam na produção de coco.

A Fazenda Bom, localizada em Trairi, é a maior fazenda contínua de produção de coco do Ceará. A empresa surgiu em 1976, por iniciativa de um grupo espanhol que resolveu investir no ramo da produção de frutas no Brasil e que, desde esse período, passou a cultivar coco, graviola, melão, tomate e mamão, em especial, e foi uma das primeiras grandes empresas a produzir o fruto no Ceará. De acordo com entrevistas realizadas na comunidade onde a empresa está localizada, entre as táticas encontradas pelos espanhóis para adquirir essas terras estavam a grilagem, a expropriação de antigos moradores e o pagamento irrisório pelas terras. A Fazenda Bom contava, em 2014, com 140 mil coqueiros plantados, dos quais 90 mil estavam produzindo, com uma produção que se resumia apenas ao coco seco.

Segundo informações obtidas em campo, a Fazenda Bom possui ao todo 2.800 hectares, divididos em áreas produtivas (700 ha) e áreas de dunas, lagoas, preservação ambiental e quase 5 quilômetros de praia particular. A propriedade possui ainda quatro açudes próprios, uma unidade de beneficiamento de água de coco, à época desativada, além de depósitos, armazéns e casas de antigos moradores. Devido a sua extensão, que vai muito além da média dos estabelecimentos que produzem coco no Ceará, a Bom costuma realizar outras atividades nessa área além do cultivo do fruto, como a locação da praia e das dunas de sua propriedade, com o objetivo de auferir uma maior renda fundiária. A empresa investe ainda no arrendamento de terras dentro da fazenda para abrigar aerogeradores, voltados para a produção de energia eólica – prática recorrente na região do litoral oeste cearense.

Já a Iolla, instalada também em Trairi, é de propriedade de um empresário português. Essa empresa agrícola surgiu em 2001 com um grande cultivo de graviola, chegando a ser inclusive uma das maiores produtoras desse fruto em todo o mundo. Em meados de 2005 a Iolla passa a investir também na produção de coco verde, adquirindo fazendas para cultivar o fruto, muitas das quais já possuíam coqueiros plantados. De acordo com entrevistas, o investimento no negócio do coco em Trairi por parte da empresa deu-se principalmente devido ao potencial natural da terra, com grande disponibilidade hídrica e solos férteis, à importante demanda por coco verde no mercado interno e por água de coco no mercado externo, e à existência de agroindústrias de beneficiamento do fruto instaladas na região.

Em 2014, a Iolla ocupava uma área total de 1.700 hectares, distribuídos em oito fazendas. Segundo informações, todas essas fazendas foram sendo adquiridas aos poucos, à medida que o negócio do coco progredia, sendo que três delas foram compradas de portugueses e outra de um espanhol. Desses 1.700 hectares, apenas 511 estavam sendo cultivados com coqueiros, entre variedades híbridas, anãs e gigantes, que somados chegavam a aproximadamente 93 mil árvores. Assim como a Bom, a Iolla também investe no mercado fundiário, uma vez que a empresa, na época, estava arrendando e vendendo parte de suas terras para empresas de geração de energia eólica, um negócio altamente rentável e que permite extrair a renda fundiária sem grandes esforços.

Por sua vez a Del Monte, dos Estados Unidos, uma das maiores empresas do setor de frutas de todo o mundo e que chegou a possuir por volta de 10 mil hectares cultivados com melão, abacaxi e banana em áreas que vão do Ceará ao Rio Grande do Norte, também vem investindo pesado no cultivo de coco. Desde 2013 está produzindo esse fruto em suas fazendas em Quixeré, no Vale do Jaguaribe, em uma área que já soma 300 hectares, anteriormente destinada ao cultivo de melão. De acordo com informações obtidas em campo, a meta da Del Monte era de cultivar de 500 a 1.000 hectares com coco nessa região, visando produzir o fruto ainda verde para atender as necessidades de empresas de água de coco, tanto nacionais quanto internacionais.

Já a Meripobo, da Áustria, chegou ao Brasil em 2013 e contava com 70 hectares plantados com coco no perímetro irrigado Tabuleiro de Russas, também no Vale do Jaguaribe, além de plantios de milho, goiaba e acerola, em uma área total que chegava a mil hectares. Segundo informações obtidas na pesquisa de campo, a meta da Meripobo era

adquirir de 10 a 30 mil hectares em todo o país, cultivando-os de acordo com as potencialidades naturais do local onde suas fazendas serão instaladas. Percebe-se que a atuação dessas duas empresas (Del Monte e Meripobo) no Vale do Jaguaribe passou a instigar outras empresas e produtores a começarem a investir também no cultivo de coco, de maneira a impulsionar ainda mais a produção do fruto nessa região.

Assim, nota-se o desenrolar de um outro processo, em curso há alguns anos, que seria a compra de terras por estrangeiros com foco na produção de coco. Conseguimos vislumbrar esse processo com mais intensidade em Trairi, onde as principais fazendas aí instaladas são de propriedade de grupos estrangeiros: a Fazenda Bom, de espanhóis, a Iolla, de portugueses, e a Unique, de ingleses, que juntas somavam em 2014 por volta de 6 mil hectares. De acordo com um produtor desse município: “a produção deles é diferente da dos outros produtores, tudo é muito mais moderno, é uma produção em larga escala, uma produção que visa diretamente atender o mercado”. Isso foi observado ainda em Paraipaba e Acaraú, onde também há produtores portugueses e espanhóis cultivando coco nesses municípios, inclusive em perímetros irrigados públicos federais aí localizados.

- Unique e o leilão do território

A Unique é uma empresa da Inglaterra que chegou ao Brasil em 2012 e se instalou no município cearense de Trairi, dedicando-se inicialmente apenas ao cultivo de coco. Faz parte de um grande conglomerado de empresas que atua no mercado financeiro e em negócios imobiliários, chamado de Liquid Investments, fundado em 2006. A Liquid é uma empresa de investimentos, que movimenta capital para setores os quais acredita ser altamente rentáveis e de pouquíssimos riscos, motivo pelo qual resolveu investir também no ramo agropecuário, optando por cultivar coco em território brasileiro e tendo a Unique como empresa responsável por representar esse investimento. A Liquid/Unique possui o escritório central em Londres, um escritório secundário em Fortaleza e um escritório de apoio e algumas fazendas em Trairi.

De acordo com os sócios ingleses que fundaram a Unique, a grande procura pela água de coco em inúmeros países pelo mundo os motivou a investir no negócio do fruto e a adquirir terras em locais com relevante potencial produtivo, como o que foi encontrado no Ceará. Em 2012 foi adquirida, de um proprietário espanhol, a primeira fazenda da Unique em Trairi, com uma área total de 400 hectares e com coqueiros já produzindo. Em

seguida, a empresa comprou mais 230 hectares e logo depois mais 670, ambas de propriedade da Iolla, além de novas fazendas adquiridas na sequência. Dessa forma, a Unique contava, em 2014, com 1.500 hectares em Trairi. A meta da Unique era implantar por volta de 5 mil hectares cultivados com coco por todo o Brasil, sendo o empreendimento de Trairi apenas o começo de um projeto maior.

O grande diferencial da Unique, além de utilizar em suas fazendas as tecnologias mais modernas no que tange à produção de coco no Ceará, sob a assessoria da Cohibra, é a forma de captação de investimentos e o negócio de venda de terras que há por trás do cultivo dos frutos. Esse empreendimento gerido pela Liquid Investments se trata, na verdade, de um loteamento internacional de terras cultivadas com coco. Tal empreendimento funciona da seguinte forma: a Unique compra as terras, faz o plantio dos coqueiros e os investimentos necessários para assegurar a sua produtividade, e em seguida faz um loteamento dessas terras e as vende, via internet, para pessoas interessadas em investir no negócio, espalhadas por todo o mundo. Assim, a Unique fica encarregada de se responsabilizar pelo investimento realizado por esses compradores, que passam a ser também “produtores” de coco. Tais compradores são chamados pela Unique de “investidores”, e eles não adquirem propriamente a terra, e sim o direito de explorar essas terras e de auferir os lucros com a venda dos frutos. Entre 2011 e 2016, foram firmados por volta de 300 contratos com investidores estrangeiros, com lotes de dois hectares sendo comercializados a 65 mil dólares.

Desse modo, com esse negócio gerido pela Unique, qualquer pessoa, em qualquer lugar do planeta, pode se tornar um investidor e um produtor de coco, bastando apenas adquirir uma parcela de terra administrada pela empresa no Brasil. Conforme nos foi informado, os hectares da primeira fazenda adquirida em Trairi e de áreas compradas posteriormente, o que dá em torno de 1.500 hectares, foram todos divididos e leiloados via internet para todo o mundo, e os “investidores” que adquirem esses hectares, ao realizar o pagamento, passam a receber mensalmente a renda advinda da venda dos frutos. Assim, é evidente que a empresa faz um verdadeiro fracionamento do território brasileiro e põe o uso de suas terras à venda na internet, à disposição de quem quer que seja.

Por tudo isso, pode-se afirmar que a Unique não é apenas mais uma empresa que está investindo no ramo do coco e que não atua como as outras empresas desse setor. É com efeito um grande empreendimento, de nível internacional, que envolve um grande

número de pessoas de várias partes do mundo, que passam a ser diretamente responsáveis pelo que acontece em Trairi, no Ceará, no Brasil. Acreditamos que esse caso da Unique seja o exemplo mais cabal que comprova, decisivamente, a territorialização do grande capital na produção brasileira de coco, corroborando também para ampliar o quadro de estrangeirização de terras no país. E isso pode ser a tendência de um processo muito maior que pode vir a tornar-se o agronegócio do coco no Brasil, que também está no alvo dos grandes grupos empresariais mundiais, como o Liquid Investments, a Del Monte, a Meripobo e, sobretudo, a PepsiCo.

ATUAÇÃO DAS EMPRESAS E PRINCIPAIS IMPACTOS ASSOCIADOS

A territorialização e a atuação dessas empresas não se dão de maneira harmoniosa, visto que é da natureza do próprio capital gerar toda uma série de impactos, isso porque não há desenvolvimento capitalista sem que haja prejuízo aos direitos dos sujeitos e do meio ambiente, que são amplamente impactados pelos projetos que visam a acumulação de capital a qualquer custo. Assim, é importante ressaltar que a existência de impactos dos mais variados é inerente à atuação dessas empresas, já que não há nenhum empreendimento que seja capaz de respeitar os direitos fundamentais das comunidades nas quais são instaladas suas unidades produtivas, por exemplo. Com isso, pode-se afirmar categoricamente que é da exploração recorrente e desenfreada dos sujeitos e do meio ambiente que sobrevive o capital.

Nesse sentido, dentre os principais impactos observados a partir da atuação das empresas aqui apresentadas, destacamos especialmente a monopolização da produção, a expansão da concentração fundiária e o agravamento dos conflitos por terra. Além desses, ressaltamos a existência de problemas decorrentes do aumento desenfreado do desmatamento e da poluição do solo e dos recursos hídricos, por meio do uso de agrotóxicos, e a presença da exploração do trabalhador rural, mediante a ampliação do poder das grandes empresas agrícolas e agroindustriais que atuam no agronegócio do coco. Acerca disso, Delgado (2012) assegura que especialmente a exploração do trabalho e dos recursos naturais são algumas das questões-chave para se compreender a real face na qual se edifica o agronegócio brasileiro, associado também aos problemas que impactam diretamente a questão agrária (DELGADO, 2010).

No caso da monopolização da produção, responsável ocasionar uma desregulação da produção camponesa de coco, muito comum no litoral cearense, constatamos que todas as agroindústrias que operam nessa atividade adquirem uma grande quantidade de frutos diariamente com inúmeros pequenos produtores. Com isso, um percentual considerável do coco produzido no Ceará segue em direção a essas agroindústrias, já que necessitam de um considerável estoque diário de matéria-prima para suprir suas demandas. Por esse motivo, essas empresas também agem controlando a produção e a comercialização do coco, a exemplo do que fazem Ducoco, Paragro e Adel, atuando de maneira corporativa e subordinando os produtores às suas necessidades.

Cabe destacar que, de acordo com Oliveira (2010) e Paulino (2012), a instalação de agroindústrias obedece a um princípio claro de fusão entre as atividades agrícolas e industriais, de modo que se tenha o controle tanto da produção da matéria-prima quanto do processamento industrial, como é observado no caso do coco. Além disso, tal processo “permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, do qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção” (PAULINO, 2012, p. 42). Com isso, nesse momento a materialização da territorialização do capital no setor do coco mostra-se mais nítida, notadamente quando se observa a monopolização da produção dos frutos, trazendo rebatimentos diretos na forma de organização das relações sociais de produção, com impactos diretos na agricultura camponesa, segundo argumenta Oliveira (2001, 2007).

Outro impacto observado com a expansão do agronegócio do coco no Ceará e a atuação das grandes empresas do setor é o acirramento da concentração e dos conflitos fundiários, indicando que a terra continua sendo um componente primordial para a difusão e territorialização do capital no campo, uma vez que na prática ela é apropriada e comercializada sem quaisquer ressalvas, controlada por uma parcela ínfima de pessoas que detêm a sua posse. A esse respeito, Fabrini (2008) vai afirmar que o latifúndio e o agronegócio estão intimamente interligados, e que a acumulação capitalista advinda da renda fundiária surge como uma dimensão que os unifica, tornando-os indissociáveis. Nesse sentido, e de acordo com Elias (2006), isso resultaria em uma significativa “oligopolização do espaço agrário”, marcada por um restrito controle das terras no país.

Observa-se que o agronegócio do coco também está fortemente pautado na expansão do latifúndio, que contribui para intensificar a concentração fundiária e os

conflitos por terras nas regiões de expansão desse cultivo, a exemplo do litoral oeste cearense, como evidenciamos em trabalhos de campo. Somente as nove empresas aqui apresentadas detinham o controle, em 2014, de aproximadamente, no mínimo, 24 mil hectares de terras, muitas das quais ainda não voltadas para a produção do fruto, dos quais 10 mil hectares eram de posse apenas da Ducoco. Desse modo, a expansão da monocultura do coco contribuiu para agravar a já concentrada estrutura fundiária do Ceará, associada a conflitos ligados à expropriação de comunidades que anteriormente faziam uso dessas terras, mediante práticas como grilagem e invasões.

Com isso, destaca-se que a difusão do agronegócio do coco pelo Ceará, além de acirrar a concentração fundiária, vem contribuindo sobremaneira para o desenrolar de inúmeros conflitos por terra, demonstrando o poder de atuação do grande capital no cultivo do fruto, representado por empresas como a Ducoco, que ampliam suas rendas também a partir da aquisição de terras. Nota-se, no entanto, que esse processo também é observado em todo o país e em vários outros tipos de cultivos, conforme apontam Fabrini e Roos (2014), se referindo aos “conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário”, sendo cada vez mais evidente que essa associação entre agronegócio e latifúndio vem contribuindo enormemente para elevar a quantidade e a intensidade desses conflitos.

Como a difusão do agronegócio do coco vem se dando em diversas regiões com marcante tradição da agricultura familiar/camponesa, mormente no litoral oeste cearense, vários são os casos em que comunidades formadas por camponeses e indígenas se veem ameaçadas pelas grandes empresas do setor, que investem pesado na aquisição de terras com o intuito de ampliar as suas capacidades produtivas e suas rendas fundiárias, visando fomentar ainda mais a acumulação de capital. Tais empresas, a partir do momento em que se envolvem em conflitos por terras, estão diretamente disputando o território já ocupado pela população que lá habitava e produzia, expropriando os antigos moradores das terras e fazendo um “uso corporativo do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2003), que passa a ser organizado de acordo com os interesses dessas empresas.

Dentre os inúmeros conflitos observados nas regiões de produção de coco, motivados pela ação devastadora das empresas do setor, citamos os relacionados à Ducoco, que além de ter se tornado uma das mais importantes empresas do país, foi também uma das que mais se envolveu em conflitos por terra, especialmente junto a comunidades

indígenas localizadas no litoral cearense. O caso mais elucidativo desses conflitos é o embate já bastante antigo entre essa empresa e o povo indígena dos Tremembé de Almofala, em Itarema. Registram-se também conflitos na Lagoa dos Mineiros (em Itarema/Amontada) e no Assentamento Maceió (em Itapipoca).

A presença da Ducoco em território Tremembé já dura mais de 30 anos, uma vez que esse conflito vem se desenrolando desde meados da década de 1980, quando a empresa chega a Itarema e aí instala uma de suas maiores fazendas, levando à expropriação dos indígenas que há séculos habitavam essas terras, dando início a uma violenta disputa pelas mesmas e resultando em inúmeros processos judiciais que ainda hoje não conseguiram dar fim a tal impasse. Segundo uma liderança Tremembé, por nós entrevistada, existem aproximadamente 1.400 hectares ocupados pela Ducoco, desencadeando um conflito sem precedentes na história dessa etnia, uma vez que era nessas terras onde dezenas de famílias habitavam e delas retiravam seu sustento antes da invasão pela empresa. Além disso, a Ducoco privatizou e restringiu o acesso dos indígenas às áreas de praia e dunas, onde eram realizadas diversas atividades essenciais para a sobrevivência da comunidade.

Assim, fica evidente que a difusão do agronegócio do coco pelo Ceará pode ser muito prejudicial a uma grande quantidade de sujeitos, que são diretamente impactados por esse modelo de produção, especialmente pelas empresas que agem hegemonicamente no setor e que usam o território exclusivamente em função de seus próprios fins. O embate entre a Ducoco e os Tremembé é apenas um dos inúmeros conflitos envolvendo o poderio devastador do agronegócio latifundiário sobre as comunidades indígenas e camponesas espalhadas por todo o país, muitas das quais estando também estão no rastro da expansão da monocultura do coco. Além dos impactos aqui apresentados, muitos são os outros que refletem a face perversa da territorialização e da atuação do grande capital, conforme indicado em Cavalcante (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o agronegócio do coco está em ampla expansão no Brasil especialmente a partir de meados da década de 1990, quando passou-se a produzir esse fruto em larga escala, especialmente em virtude da atuação das grandes empresas do setor, que auxiliam na difusão do modelo produtivo do agronegócio, como observado no Ceará. A partir do que foi apresentado, percebe-se que analisar a difusão do agronegócio e a atuação das principais

grandes nos possibilita, acima de tudo, ampliar a compreensão acerca da apropriação capitalista do espaço e do papel do capital na reconfiguração das relações sociais, ressaltado por Harvey (2005, 2013), processos esses que se dão *pari passu* à territorialização de empresas agrícolas e agroindustriais, inclusive aquelas que passaram a produzir coco.

Em virtude da difusão do agronegócio do coco no Ceará, nota-se uma reconfiguração das formas de uso e apropriação do território e da organização das relações sociais de produção, alteradas em virtude da atuação das grandes empresas do setor, capazes de imprimir uma série de implicações que vão além do processo produtivo propriamente dito, invadindo até mesmo as relações interpessoais e a configuração territorial, segundo assegura Santos (1994, 2003). Diante de todo esse contexto, questionam-se o modo como vem se dando a difusão do agronegócio do coco e a intensidade dos impactos socioambientais e territoriais daí advindos, especialmente quando se observa a atuação das grandes empresas do setor no controle do processo produtivo do fruto e do território no qual elas atuam.

Nesse sentido, defende-se que com a difusão e a consolidação do agronegócio do coco no Ceará, uma série de empresas passou a atuar hegemonicamente no setor, fomentando a territorialização do grande capital no circuito espacial produtivo do fruto e realizando um uso corporativo do território no qual estão instaladas, reconfigurando os processos de trabalho, produção e comercialização de coco, ampliando o quadro de concentração fundiária e de conflitos por terra, alterando as dinâmicas socioespaciais até então predominantes e provocando impactos ambientais dos mais diversos. Com isso, nota-se que está havendo um novo uso do território cearense por parte das empresas do agronegócio do coco, muitas das quais de capital internacional, que agem hegemonicamente definindo os rumos da produção cearense desse fruto e atribuindo novas feições ao território de acordo com seus interesses particulares e em detrimento dos interesses gerais da população do campo, historicamente marginalizados.

Destaca-se que, com a considerável quantidade de empresas já instaladas, o agronegócio do coco no Ceará e no Brasil tem tudo para continuar em expansão, consolidando a territorialização do grande capital no cultivo do fruto. Já é possível, inclusive, evidenciar alguns dos inúmeros impactos provocados pela atuação dessas empresas, haja vista que, como sempre ocorre, “tudo que existia anteriormente à instalação [de] empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir,

mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social” (SANTOS, 2003, p. 85). A partir da instalação e atuação dessas empresas hegemônicas no território, a exemplo das que foram aqui apresentadas, forja-se toda uma nova configuração territorial, agora a serviço da reprodução do capital.

Percebe-se, com isso, que a territorialização do capital não conhece limites, não respeita espaços, territórios e sujeitos. Nada escapa do poderio de empresas hegemônicas sedentas por lucro a qualquer custo, pouco ou nada importando os impactos ocasionados por essa territorialização, com todo o seu devastador poder de desregulação territorial e social. O que virá pela frente a partir da difusão do agronegócio do coco não se pode prever, mas uma coisa é certa: o capital continuará fazendo suas escolhas, não interessando os impactos que possa provocar e as resistências que possa enfrentar. O capital sempre faz suas escolhas, e usa os espaços de acordo, exclusivamente, em função dessas escolhas e de seus interesses – e isso é latente ao observarmos o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, em todos os setores inseridos nesse modelo produtivo-destrutivo, não sendo uma exclusividade do setor do coco.

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIX, p. 01-28, 2015.
- BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 12, p. 112-124, 2009.
- CAVALCANTE, L. V. **Os circuitos espaciais e os círculos de cooperação da produção de coco no Litoral Oeste do Ceará**. 2012. 187f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- CAVALCANTE, L. V. **La restructuration de la production de noix de coco au Brésil: enjeux et défis**. 2014. 109f. Mémoire de recherche (Master en Géographie) - Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Paris, 2014.
- CAVALCANTE, L. V. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. 2015. 298f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- DELGADO, G. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social - O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 81-112.

- DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006. p. 25-82.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 02, p. 153-170, 2011.
- FABRINI, J. E. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, p. 35-62, 2008.
- FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- FERNANDES, B. M. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **Geographia**, Niterói, v. 17, p. 68-94, 2015.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 02, n. 21, p. 113-156, 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-território**, Uberlândia, v. 05, n. 10, p. 05-64, 2010.
- OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 19, p. 228-244, 2015.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses.** 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir.** Paris: Librairies techniques, 1980.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço.** 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil - território e sociedade no início do século XXI.** 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SIQUEIRA, L. A. *et al.* **A introdução do coqueiro no Brasil**: importância histórica e agrônômica. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.

THOMAZ JR, A. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. **Revista Okara**, João Pessoa, v. 06, n. 01, p. 07-31, 2012.

THOMAZ JR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 01-20, 2017.

Submetido em: junho de 2018.

Aceito em: novembro de 2018.